

ACUSADA DE POLUIR

Siderúrgica processa engenheiro



A Companhia Siderúrgica do Atlântico está processando pesquisadores da Fiocruz e Uerj, por terem denunciado crimes ambientais cometidos pela empresa

PÁGINAS 4 E 5

Risco: saneamento básico sob controle privado

PÁGINA 3

Senge-RJ inaugura sua primeira delegacia sindical

PÁGINA 7

Concessão do setor elétrico é alvo de campanha

PÁGINA 8

Contra as PPP's da água e saneamento

O SENGE/RJ vem se solidarizar com todas as entidades do movimento social e sindical que estão em justa campanha contra uma nova ofensiva no sentido de privatizar os serviços de água e esgotamento sanitário, desta vez travestida com o nome de PPP (Parceria Pública Privada). A própria forma como esta ofensiva se apresenta é, além de insidiosa, uma mentira deslavada. A sigla que define este tipo de parceria dá a falsa impressão que o interesse público é preservado quando é exatamente o contrário o que acontece.

Nos anos 90 a luta dos movimentos sociais e das entidades sindicais conseguiu rechaçar o que seria o golpe de misericórdia nas políticas públicas, ou seja, a privatização dos recursos de água e os serviços de saneamento após uma série de privatizações. Agora, os mesmos interesses voltam ao cenário político com o apetite redobrado e com uma nova tática. O Brasil possui mais de 50% de todos os recursos de água doce da América Latina. Com isso, as empresas privadas, nacionais e estrangeiras, estão de olho nestes recursos, face à sua redução em escala internacional e a perspectiva deles tornarem-se cada vez mais estratégicos. Dessa forma, a luta pela preservação desses recursos e sua exploração pelo estado são um fator vital na independência e soberania nacional. É justamente nesse momento que nossa atenção e luta têm que ser redobradas.

O governo federal tem todas as condições e recursos, principalmente através do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) para impedir que os setores privados avancem, como no tempo áureo do neoliberalismo, nos ativos públicos. Além disso, o governo também sabe que as empresas privadas somente entrarão neste setor para obter lucro e que as áreas de baixa rentabilidade ficarão a cargo do governo. Tudo isso o governo sabe e se insistir neste tipo de política é porque está a serviço desses interesses que desde os anos 90 ameaçam as empresas públicas de água e saneamento.

Finalmente é bom lembrar que o fracasso da privatização deste setor levou a sua reestatização em muitos países como França, Itália e Argentina.

Qual será o LEGADO?

■ MARCO ANTÔNIO BARBOSA

Quando consultamos algum dicionário e pesquisamos o significado da palavra legado, verifica-se que o conteúdo está relacionado à “patrimônio, obra ou conhecimento que se deixa para posteridade” e exemplifica com contundência citando o seguinte pensamento: “os filósofos gregos deixaram um grande legado à humanidade”. Dito isso, logo podemos facilmente constatar que o sentimento deixado pelo legado deve ter um teor sempre direcionado ao coletivo; legado deve ter um conjunto de ações que atenda aos desejos de todos; legado deve cumprir a tarefa de reunir os sonhos e torná-los realidade; legado deve ter o compromisso buscar solução para as mazelas; legado deve estar próximo ao sentimento de êxtase; legado deve estar vinculado ao orgulho dele existir; legado deve ser correligionário da felicidade; legado deve ser adversário da incompetência; legado deve ser o antídoto contra a falta de seriedade; legado deve ser a oportunidade de se dar o salto qualitativo; legado está diretamente vinculado com a sustentabilidade; legado deve ser o Pelé da ação; legado deve ser sempre contemporâneo; legado está relacionado à cultura.

Por isso, defendo que as transformações impostas à Cidade do Rio de Janeiro, devido à existência de inúmeros eventos, devem, obrigatoriamente, atingir o conforto da população.

Necessário será que eternos gargalos, que impedem o desenvolvimento da Cidade, sejam solucionados, inclusive àqueles que ao longo dos anos são reconhecidos como problemas insolúveis e que no momento coexistem com população como se não fossem danosos.

Além disso, há que se avaliar: para que uma cidade se transforme em turística, qual é o custo para ela e sua população? Uma análise ampla deve ser realizada com o objetivo de se identificar se as mudanças serão vantajosas do ponto de vista social, econômico e democrático.

O legado mais importante é que a infraestrutura da Cidade do Rio de Janeiro seja efetivamente beneficiada. Sob esse aspecto, algumas eternas mazelas devem encontrar solução:

- Recuperação ambiental do espelho d'água e do entorno das

- Lagoas Rodrigo de Freitas, Jacarepaguá, Tijuca e Camorim;
- Intervenção na Praça da Bandeira, visando eliminar definitivamente inundações quando chove;
- Recuperação ambiental da Baía de Guanabara;
- Transformação efetiva no transporte ferroviário;
- Eliminação do gargalo de trânsito de veículos na Avenida Brasil, principalmente o alargamento da via em diversos locais, remanejamento, pontos de ônibus e a rodoviária;
- Eliminação do déficit habitacional. Hoje, segundo a Prefeitura, é de 200.000 (duzentas mil) moradias;
- Intervenção social significativa nas áreas carentes, principalmente nas comunidades localizadas na área da Zona da Leopoldina e Zona Oeste (sem incluir Barra e Jacarepaguá).

**LEGADO DEVE SER
A OPORTUNIDADE
DE SE DAR
O SALTO
QUALITATIVO**

- Transformação urbanística e social na Rua Visconde de Niterói, entre o Largo de Benfica e a Estação de São Cristóvão;
- Recuperação urbanística e social da Quinta da Boa Vista, da Rua Bela, em São Cristóvão, da Avenida Paulo de Frontin, entre a Praça da Bandeira e a entrada do túnel Rebouças;
- Ampliação e melhorias efetiva no transporte aquaviário Ilha do Governador-Centro;
- Implantar política de recolhimento e reciclagem dos resíduos sólidos;

- Implantar política de incentivo à eliminação de desperdício de água nos conglomerados urbanos;
- Implantar política de redução da impermeabilização do solo urbano;
- Alargamento da rua 24 de maio entre as Estações do Engenho Novo e do Meier;
- Efetivas melhorias em todos os acessos e decessos da linha amarela, principalmente, na Ilha do Fundão, linha vermelha e na Avenida Ayrton Senna;
- Recuperação urbanística, ambiental e social da área litorânea;

Finalmente cabe enfatizar que os cidadãos e cidadãs que moram na Cidade do Rio de Janeiro esperam que os dirigentes políticos, esportistas e empresariais assumam uma postura progressista, com o objetivo único de tornar a Cidade mais maravilhosa.

• **Marco Antônio Barbosa** é diretor do SENGE-RJ



— Senge-RJ SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusía Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

CONSELHO EDITORIAL
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL
Titulares: Nei Rodrigues Beserra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; **Suplentes:** Agostinho Guerreiro, Rubem Corveto de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

JORNAL DO
Engenheiro

Jornalista responsável e editora:
Katarine Flor (MTE 312821/RJ)
Diagramação: Leonardo Santos
E-mail: imprensa@sengerj.org.br
Tiragem: 5.500 exemplares
Periodicidade: Mensal
Impressão: Folha Dirigida

SENGE-RJ – Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733 Endereço: www.sengerj.org.br Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

PPP não resolve saneamento

"Agora, a privatização volta com o nome de Parceria Público-Privada (PPP)", é o que afirma o diretor do Senge-RJ e engenheiro sanitário, Clovis Nascimento

Clovis Nascimento representou o a Fisenge e o Senge-RJ no lançamento da Campanha de Mobilização Nacional Contra a Privatização e as Parcerias Público-Privadas (PPP) no setor de Água e Saneamento, no dia 7 de novembro, na Assembleia Legislativa de Maceió, Alagoas. Ele chama atenção para o fato de que, normalmente, as PPPs estão previstas para áreas onde os índices de abastecimento de água e coleta de esgotos são significativos, ou seja, locais que não precisam de muitos investimentos.

Com relação à PPP no abastecimento de água, a situação é grave. "Está em jogo um monopólio natural, estratégico para o desenvolvimento social e econômico do país, que guarda profunda relação com a saúde pública e o meio ambiente. A água é essencial para a vida, não dá para transformá-la em mercadoria", disse Clovis. Ele acrescenta que, com as PPPs, "as tarifas vão ficar mais caras porque será acrescida uma nova variável: o lucro das empresas privadas".

"As Parcerias Público-Privadas, já implementadas ou em andamento, direcionam seus serviços apenas para as médias ou grandes cidades e regiões metropolitanas, onde a possibilidade de lucro para as empresas privadas é muito maior. Além disso, é comum que os projetos retirem da lista de intervenções locais de difícil execução de obras, como favelas e fundos de vale", esclarece Clovis.

Cidades de vários países, como França, Bolívia, Argentina, entre outros, desistiram das parcerias nos serviços de saneamento. Em alguns casos, em função do aumento abusivo de tarifa e em outros pela precariedade da prestação dos serviços.

"Na Argentina, quem tinha água continuou tendo, pagando mais caro. Quem não tinha continuou sem ter, por não ter dinheiro para pagar a ligação e a tarifa elevada. As famílias que passaram por dificuldades financeiras tiveram o serviço cortado", exemplificou o engenheiro.

Onda de privatizações

Durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil também viveu uma grande onda de privatização, com destaque para o setor elétrico e de telecomunicações. Clovis destaca que houve a tentativa de privatizar o setor de saneamento. Contudo, nesse período foi criada a Frente Nacional pelo Saneamento. Diante das grandes manifestações populares realizadas em todo país, este processo foi barrado.

Falta de investimento nas companhias públicas prejudica o atendimento

"Não falta água na Zona Sul do Rio de Janeiro, não falta água nas regiões mais ricas do Brasil. Falta água nas periferias das cidades e nas favelas", afirma Clovis.



Dados da IV edição do Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, da Organização das Nações Unidas (ONU), apontam que a falta de soluções adequadas para a coleta e o baixo índice de tratamento dos esgotos domésticos são os principais responsáveis pela poluição dos recursos hídricos no Brasil. O documento destaca que a proporção dos moradores rurais brasileiros atendidos por saneamento adequado é inferior à da zona rural do Sudão, Nepal, Nigéria, Afeganistão ou Timor Leste.

Os municípios, estados e operadores públicos de saneamento alegam que encontram dificuldade de captação de recursos para ampliar os investimentos no setor, pela falta de corpo técnico qualificado para elaboração dos projetos, ou pelo limite de endividamento.

Enquanto falta investimento nas companhias públicas, em geral, os projetos apresentados nas Parcerias Públi-

co-Privadas dependem de recursos públicos, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Caixa Econômica Federal, por exemplo. Ou seja, as empresas privadas se beneficiam e lucram a partir do investimento público.

Clovis afirma que é necessário investir cada vez mais no aumento da eficiência e eficácia das companhias públicas de saneamento, concomitante à criação e implementação de instrumentos de controle social para o acompanhamento e fiscalização das ações: "existem recursos para melhorar e ampliar os serviços para toda a população, por isso não se justifica lançar mão das Parcerias Público-Privadas".

O engenheiro lembra que a parceria entre os municípios, os Estados e a União é um instrumento para manter os serviços sob o controle público. E está garantido pela Lei 11.107/05 (Lei de Consórcios Públicos) que institui a gestão associada de serviços públicos.

Saneamento da Zona Oeste será entregue à iniciativa privada

A Prefeitura do Rio de Janeiro começa neste mês a receber propostas para a coleta e tratamento de esgoto de 21 bairros da Zona Oeste da cidade, que agora ficará a cargo da iniciativa privada.

De acordo com a Campanha Mobilização Nacional Contra a Privatização e as Parcerias Público-Privadas, os investimentos destas empresas vão se concentrar em locais mais rentáveis, como a Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jaca-

repaguá. Enquanto outros bairros da cidade do Rio de Janeiro podem não ser igualmente atendidos.

Um estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), divulgada em abril, observa que a Barra da Tijuca sofreu uma valorização de 24%, nos últimos doze meses. O bairro está sendo diretamente beneficiado com investimentos da prefeitura, principalmente na área de transportes. A valorização dos imóveis são estimulados pelos megaeventos esportivos,

que serão realizados principalmente lá.

A lei 434/2011, que prevê o serviço de concessão do esgoto sanitário da ZO, foi aprovada em julho na Câmara Municipal. Na ocasião o Vereador Eliomar Coelho (PSOL) votou contra. O vereador afirmou que "não podemos privatizar serviços que são essenciais para a população do Rio de Janeiro". Eliomar afirma que deveriam ser colocadas em prática políticas públicas para melhorar as condições de sanea-

mento básico no município.

Em maio deste ano, o prefeito Eduardo Paes, o governador Sérgio Cabral e o presidente da Cedae, Wagner Viter, assinaram um contrato que permite a concessão dos serviços de saneamento da região pelos próximos 25 anos. Em 2007, o Estado repassou para a prefeitura a responsabilidade pela coleta e tratamento de esgoto desta região, que agora ficará a cargo da iniciativa privada.

Companhia Siderúrgica do Atlântico processa engenheiro

Pesquisadores da Fiocruz e da UERJ estão sendo processados pela Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), localizada em Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro, por terem denunciado que partículas e gases emitidos pela empresa causam sérios danos à saúde dos moradores da região.



No mês de outubro a TKCSA abriu processos judiciais contra o engenheiro sanitário Alexandre Pessoa Dias, professor e pesquisador do Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde da EPSJV/Fiocruz e contra a bióloga do Hospital Universitário Pedro Ernesto da UERJ, Mônica Lima, por declarações públicas sobre o impacto da poluição causada pela siderúrgica na saúde da população. A TKCSA é uma das maiores siderúrgicas da América Latina, uma parceria entre a alemã Thyssenkrupp (73%) e a mineradora brasileira Vale (27%).

Em nota, o presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, afirmou que a instituição “preza entre seus valores centrais, a plena liberdade de expressão individual de seus trabalhadores”, e destacou que “questão tão complexa repercute como cerceamento a essa liberdade de expressão e cria constrangimentos para o trabalho institucional de busca de superação dos impasses gerados.” O trabalho da Fiocruz na área é referência nos estudos sobre os impactos do empreendimento na cidade do Rio de Janeiro.

Os dois pesquisadores fazem parte da equipe que divulgou, no final de setembro, o relatório técnico “Avaliação dos impactos socioambientais e de saúde

em Santa Cruz decorrentes da instalação e operação da empresa TKCSA”. O estudo indica danos ao meio ambiente e à saúde e aponta os problemas sociais gerados pela siderúrgica.

De acordo com a companhia, a decisão de processar os pesquisadores não foi motivada pelos dados apresentados no relatório, mas por afirmações verbais que, segundo a TKCSA, não teriam comprovação. Disse, através de sua assessoria de imprensa, que as ações judiciais seriam anteriores à conclusão do relatório. Entretanto, a ação foi movida no dia 14 de outubro, data posterior à conclusão do documento, divulgado em 22 de setembro.

Esta não é a primeira vez que a empresa recorre à Justiça para se defender de denúncias de pesquisadores. Em julho deste ano, a TKCSA moveu uma ação de responsabilidade civil contra o pneumologista, Hermano Castro, do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da ENSP/Fiocruz.

A ação foi baseada nas declarações dadas pelo médico ao telejornal RJ-TV, em 29/06/2011. Na entrevista, Hermano Castro afirmou que a poluição emitida pela siderúrgica pode provocar câncer, alterações genéticas e fetais.

Em apoio aos pesquisadores o Senge-RJ coloca



Morada mostra partículas emitidas pela siderúrgica a pós falha no processo industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico, Santa Cruz, Rio de Janeiro

à disposição dos pesquisadores da Fiocruz e da bióloga do Hospital Universitário Pedro Ernesto da UERJ a assistência jurídica necessária.

Relatório indica aumento da poluição do ar

O relatório técnico da Fiocruz alerta para a necessidade de constante avaliação de riscos à saúde da população, conforme recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Além disso, explica que o cruzamento entre os diferentes tipos de impactos provocados pela empresa não foi realizado, o que torna



“A liberação por parte do Governo do Estado do segundo alto-forno, frente aos problemas já ocorridos na entrada de operação do primeiro, foi um equívoco”

falho o licenciamento de instalação da TKCSA.

No ano passado, em duas ocasiões, a empresa apresentou falhas no processo industrial classificadas como “graves” pela Secretária Estadual do Ambiente, Marilene Ramos. A entrada em operação do primeiro alto-forno, em julho, causou a dispersão de partículas de ferro-gusa na atmosfera, evento que ficou conhecido popularmente como “chuva de prata”. Em dezembro o fato voltou a se repetir com o funcionamento do segundo alto-forno.

Para o pesquisador Alexandre Pessoa, “a liberação por parte do Governo do Estado do segundo alto-forno, frente aos problemas já ocorridos na entrada de operação do primeiro, foi um equívoco. O próprio INEA inicialmente não autorizou a liberação, condicionando-a a uma auditoria técnica independente”.

Após o segundo acidente, a TKCSA distribuiu um informativo à população local. Nele identifica o pó prateado como grafite, uma substância “inofensiva à saúde”.

Não é o que diz o relatório da Fiocruz, que registra emissões com substâncias tóxicas, como o manganês, e pode provocar “diversos problemas de saúde pública”, que vão de transtornos cognitivos ao câncer. O estudo também apontou um aumento de 1000% na concentração de ferro na qualidade do ar da região.

MP quer impedir a emissão de ferro-gusa no ar

A justiça deve analisar ainda este mês o pedido de liminar encaminhado pelo Ministério Público (MP) do Estado do Rio de Janeiro, que proíbe a emissão de “ferro gusa ao ar livre, ou em qualquer poço ou outro local que seja desprovido de controle de emissão” pela TKCSA.

O pedido faz parte da segunda ação penal contra a transnacional, de junho de 2011, por crime ambiental. Na ação, a CSA é acusada de seis crimes, como o de causar poluição de qualquer natureza que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora.

De acordo com o MP, há relação direta entre a prática da TKCSA e a violação do padrão de qualidade do ar nas comunidades vizinhas à empresa. O requerimento indica que a emissão de substâncias poluentes ultrapassa em três ou quatro vezes o estipulado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para a concentração de material particulado.

A ação do MP também considera as 238 entrevistas realizadas pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro com famílias que vivem no entorno da indústria. Os moradores relataram problemas oftalmológicos, dermatológicos e respiratórios. ■

Morador denuncia novo acidente

Em entrevista ao JE, um morador, que não quis se identificar, relatou que no dia 9 de novembro foi avistada na direção da siderúrgica uma nuvem de fumaça. O morador disse que “o barulho foi ouvido em um raio de até 500 m de distância da companhia”. Logo após recebermos a informação, entramos em contato com a assessoria de imprensa da TKCSA para obter mais informações sobre o possível acidente, entretanto não obtivemos resposta até o fechamento desta edição.



Foto enviada por morador mostra o momento em que a fumaça tomou o céu de Santa Cruz na direção da siderúrgica.

Foto enviada por morador

Economista vê risco ao desenvolvimento local

A siderúrgica, instalada em uma Área de Preservação Permanente (APP) faz parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. Mesmo com todas as irregularidades o empreendimento conta com incentivo público. Recebe isenções fiscais do estado e da prefeitura do Rio, além de financiamento de R\$1,48 bilhões do BNDES. A produção é 100% voltada à exportação para os Estados Unidos e Europa.

A economista Sandra Quintela, do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), avalia que a TKCSA é uma proposta baseada na busca do lucro a qualquer custo, que não leva em conta a cultura local, o turismo, a preservação dos recursos naturais e a distribuição de riquezas.

Segundo dados da Federação das Associações de Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro (Fapesca), o trabalho de cerca de 8000 pescadores foi prejudicado. Sandra afirma que na Alemanha, país de origem da siderúrgica, “esta empresa não poderia ser instalada. As leis ambientais não permitiriam. Mas no Brasil pode, não é?”, criticou.

ANEEL aprova novas regras para a revisão tarifária

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou as novas regras referentes ao 3º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, as quais irão vigorar entre 2012 e 2014, com efeito retroativo a 2011, para a correção das tarifas de energia praticadas pelas concessionárias.

Houve mudança na metodologia de cálculo de algumas variáveis consideradas na composição tarifária, mais especificamente no que diz respeito à chamada Parcela B, que reflete os custos relativos à atividade de distribuição, tais como os custos operacionais e os investimentos. A outra parte, a Parcela A, refere-se aos chamados custos não-administrados, como a compra de energia elétrica, os custos de uso do sistema de transmissão, impostos e encargos setoriais, e são considerados como fatores externos na formação da tarifa segundo a estrutura de custos das distribuidoras.

Dentre as modificações, destacam-se a metodologia de cálculo dos custos operacionais e da remuneração do

capital das empresas. No que diz respeito aos custos operacionais, a principal modificação é quanto ao papel da empresa de referência, instrumento usado nos últimos dois ciclos. Funcionava como uma espécie de simulador de uma empresa real, valendo-se de um modelo de eficiência média verificada no setor de distribuição, a qual possibilitaria estimar os custos operacionais que seriam utilizados como parâmetros no cálculo das tarifas.

Para o 3º Ciclo decidiu-se pela atualização dos valores definidos no 2º Ciclo, levando em conta a inflação no período, o crescimento dos produtos (medido pela evolução da rede, de unidades consumidoras e do mercado) e os ganhos de produtividade verificados. Desta forma, não mais se aplica o modelo de Empresa de Referência, mas busca-se manter o objetivo inicial que é definir custos operacionais que refletem a eficiência média do setor, entretanto associados aos custos reais apresentados pelas empresas. É o chamado

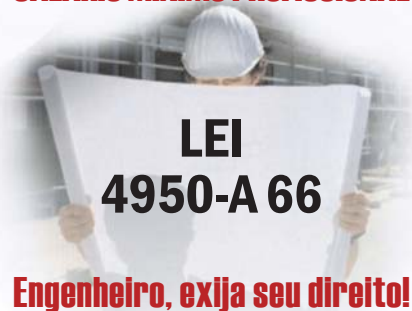
de “modelo de benchmarking” (em tradução livre “referência de excelência”), que consiste na comparação entre as empresas em relação aos custos praticados e o nível do produto ou serviço prestado por cada distribuidora. Tem-se, assim, como resultado a estimativa de parâmetros de eficiência para cada empresa.

Quanto à atualização da remuneração do capital, a Agência optou por reduzi-la de 9,95% (2CRTP) para 7,5%, baseando-se no argumento de estabilidade da economia brasileira observada nos últimos anos, que teve por consequência a diminuição do risco do negócio de distribuição de energia no Brasil e das taxas de juros aplicadas à captação de recursos pelo setor elétrico. Utilizando-se a metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (WACC), que leva em conta as relações entre risco e retorno do investimento, a Agência calcula o custo do capital (próprio e terceiros) a ser adotado como referência no próximo ciclo de revisão tarifária.

Nesse 3º Ciclo de Revisão Tarifária, as mudanças propostas têm o objetivo de buscar refletir na modicidade tarifária os ganhos de produtividade, eficiência e redução do risco associado ao setor elétrico. A expectativa geral é de que as tarifas sofram reduções, ainda que essa não seja a regra geral, tendo em vista as particularidades da estrutura das concessionárias.

Na perspectiva dos trabalhadores, a mudança na remuneração do capital os afeta na medida de um possível aumento na exploração do trabalho, derivado da redução do percentual de lucro das empresas. Como não há mecanismos que preservem as relações de trabalho incorporadas no processo regulatório, visando manter suas taxas de lucro nos níveis atuais, as empresas poderiam buscar diminuir os custos operacionais, com possibilidade de aumento da terceirização, demissões e consequente redução da massa salarial no setor. Trata-se de um ponto em que o processo regulatório ainda precisaria avançar.

SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL



SENGE NAS EMPRESAS

• NEGOCIAÇÃO DA AMPLA

Visando as negociações relativas ao ACT 2011/2013 da AMPLA, o SENGE solicitou ao DIEESE um estudo correlacionando o crescimento do PIB e o aumento da venda de energia elétrica, além dos reajustes das tarifas praticadas pela empresa e a inflação acumulada. O estudo está disponível no site do SENGE-RJ (www.sengerj.org.br).

Agostinho Guerreiro é reeleito presidente do CREA-RJ

O engenheiro agrônomo Agostinho Guerreiro foi reeleito para mais um mandato à frente do CREA-RJ com 33,8% dos votantes, totalizando 2.616 votos. Em segundo ficou Reynaldo Barros (26,9%). José Chacon alcançou o terceiro lugar (12,9%).



em mim. Este processo eleitoral não foi nada fácil, mas, mesmo com as dificuldades, o nosso projeto teve o reconhecimento dos eleitores do nosso Estado”, disse Agostinho.

Logo após o final da apuração, Agostinho Guerreiro falou aos servidores do CREA-RJ e às lideranças presentes, como: o presidente do Clube de Engenharia, Francis Bogossian, o diretor do Senge-RJ, Clóvis Nascimento, o presidente da Ascrea, Robson Nascimento e o presidente em exercício do Crea-RJ, Clayton Vabo.

“Estou muito emocionado e gostaria de agradecer a todos que acreditaram

Para o Conselho Federal foi eleito o engenheiro Arcilely Alves Pinheiro, com 29,7%. Em segundo lugar ficou Jorge Antonio (13,9%), seguido de Alfredo Silveira (13,3%), Glauber Pinheiro (12,6%) e Luiz Freire (10,8%), respectivamente. Paulo Granja foi eleito diretor da Mútua com 60% dos votos, num total de 4653. Até o fechamento desta edição não foram apurados todos os resultados para a presidência do Confea.

art

GARANTIA PARA
O ENGENHEIRO
E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o **número 27**. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

A polêmica em torno dos royalties do petróleo

O projeto que trata da redistribuição dos recursos de royalties e da participação especial na exploração do petróleo (PLS 448/11) causa polêmica. O ato convocado no dia 10 de novembro pelo governo estadual do Rio de Janeiro, contra a nova forma de divisão, levou milhares de pessoas à Praça Cinelândia, no Centro. No mesmo dia da manifestação oficial, a 'Campanha O Petróleo Tem Que Ser Nosso' realizou um ato alternativo, no Buraco Lume, também no Centro do Rio.

O sindicalista Emanuel Cancelli, secretário geral do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ), lembrou que “os royalties representam apenas 10% dos recursos produzidos pela indústria do petróleo”. Para ele, a grande

discussão deveria ser a de observar onde de fato estão sendo investidos os outros 90%. O sindicalista ressalta que “o importante é a sociedade questionar o destino dos recursos dos royalties, que são direcionados aos governos estaduais e municipais”.

O sindicalista diz que o Sindipetro-RJ defende que todos recebam recursos “sem prejuízos dos estados e municípios”. Ele conta que os movimentos sociais querem a aprovação da PLS 531/09. Este projeto de lei estabeleceria o monopólio estatal do petróleo, reivindicando uma Petrobras 100% pública e estatal. E pede, ainda, o fim dos leilões do petróleo.

Correios lançam selo e carimbo pelos 80 anos do Senge-RJ

Os correios lançam, no dia 12 de dezembro, o selo personalizado e o carimbo comemorativo em homenagem aos 80 anos do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro. Após a cerimônia de obliteração, a peça passará a compor o acervo dos correios e servirá de fonte de pesquisa e registro. E circulará nas correspondências de todo o país. O selo é composto por duas partes, a primeira contém imagens da cidade do Rio de Janeiro e a segunda a logomarca de 80 anos do sindicato.

“O Senge-RJ foi fundado como uma iniciativa de um grupo de engenheiros para defesa do mercado de trabalho no Brasil que, naquele



momento, representava a luta em defesa da engenharia nacional. A busca por uma sociedade orientada pela fraternidade e solidariedade entre as pessoas e não pelas leis do mercado, marcam a história do sindicato.

“Também será lançada a edição especial da revista Senge-RJ 80 anos. A publicação vai contar a história de lutas do sindicato. Na ocasião, serão homenageados os profissionais da área, pelo dia do engenheiro, comemorado no dia 11 de dezembro. Todos estão convidados a participar.

A cerimônia ocorrerá no dia 12 de dezembro, às 18h30 no auditório do Senge-RJ, Avenida Rio Branco 277/17º andar, Centro.

A Reforma Sindical em pauta no Congresso

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o deputado João Paulo Cunha (PT/SP), garantiu que não haverá votação da PEC 369/05 sem antes organizar audiências públicas e debates. A declaração foi dada no dia 8 de novembro em uma reunião realizada na sede da comissão.

O relator da PEC 369/05, deputado Moreira Mendes (PSD/RO) agendou para o início de dezembro uma reunião com os representantes para debater a Proposta. O Projeto de Emenda Constitucional trata da Reforma da Estrutura Sindical (PEC 369/2005) e estabelece normas diferentes das defen-

didadas na Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho.

No final outubro, a PEC voltou a tramitar no Congresso Nacional. O Projeto, apresentado pelo governo Lula, dá nova redação aos arts. 8º, 11, 37 e 114 da Constituição. A ementa institui a contribuição de negociação coletiva, a representação sindical nos locais de trabalho e a negociação coletiva para os servidores da Administração Pública; acaba com a unicidade sindical; incentiva a arbitragem para solução dos conflitos trabalhistas e amplia o alcance da substituição processual. Proposta da Reforma Sindical. Altera a Constituição Federal de 1988.

Dilma sanciona Comissão da Verdade

A presidenta Dilma Rousseff sancionou, no dia 18/11, o projeto de Lei 7376/10 que cria a Comissão Nacional da Verdade. O objetivo será apurar, por dois anos, fatos ocorridos entre 1946 e 1988, entre eles crimes de torturas e assassinatos cometidos em nome do Estado brasileiro.

O PL vem recebendo críticas de organizações e militantes de direitos humanos, bem como de famílias de mortos e desaparecidos políticos que foram vitimados pela ditadura militar. Uma das críticas recai sobre o período escolhido, que é considerado muito abrangente, podendo perder o foco do período histórico em questão: a ditadura militar, que durou de 1964 a 1985. A comissão não terá qualquer poder punitivo em relação aos crimes que já foram anistiados ou prescritos.

Também é alvo de críticas a quantidade de membros que vai compor a comissão e o fato de serem indicados pela presidenta Dilma Rousseff. O texto prevê apenas sete pessoas, além de 14 assessores. O número é questionado pelo volume de tarefas e responsabilidades previstas para essa comissão, cujo trabalho consiste no acesso a documentos sigilosos, convocação de pessoas para prestar depoimentos e a determinação de perícias e diligências. No Uruguai a comissão, formada para a execução de um trabalho semelhante, contava com cerca de 200 membros.

No dia 17, o Comitê pela Verdade, Memória e Justiça de São Paulo, entregou à presidenta Dilma Rousseff uma lista com os nomes indicados para compor a Comissão.

Senge-RJ inaugura sua primeira delegacia sindical

O Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) vai inaugurar em Resende, no dia 09 de dezembro, a sede administrativa da Delegacia Sindical do Vale do Paraíba. A estrutura atenderá os municípios de Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Barra do Piraí, Rio das Flores e Valença.

De acordo com o diretor do Senge-RJ, Paulo Granja, a regionalização do sindicato vai ajudar a descentralizar e aproximar a entidade das necessidades e interesses dos profissionais de todo o estado. Granja disse, ainda, que a cidade de Resende foi escolhida por abrigar um número expressivo de

profissionais, por ser um polo industrial crescente, além de contar com engenheiros que se dispuseram a doar parte do seu tempo diário para fazer o trabalho do sindicato e assistir aos profissionais na região.

No primeiro ano, Mario Lucio Machado Melo Junior (Emater) será o diretor geral e acumulará a responsabilidade pela área de comunicação, Jorge Mattos (autônomo) estará a área administrativo financeiro, Hermínio (INB), no jurídico e Cesar Provazi (INB) nas negociações coletivas.

Paulo Granja afirma que a delegacia “é uma estrutura que atenderá aos profissionais, inicialmente, com assistência jurídica, devendo implementar nego-

ciações coletivas com as empresas e prefeituras da região, além de outros serviços e convênios que deverão ser implementados ao longo do tempo.”

O sindicato tem intenção de inaugurar novas delegacias em outras regiões do estado. Granja indica que a próxima deverá ser em Macaé, também pela grande demanda dos profissionais daquela região. Entretanto, ainda não tem data prevista para sua implementação, uma vez que é preciso, também, identificar os profissionais que se disponham a fazer o trabalho sindical naquela região.

A inauguração ocorrerá no dia 9 de dezembro, de 10h ao meio dia, na rua Adelaide, 201 – Jd. Brasília.

Organizações lançam campanha pelas concessões do setor elétrico

“ O Brasil não pode ter sua segurança energética ameaçada, como aconteceu em 2001

No dia 18 de novembro, a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Fisenge e os movimentos sociais lançam a ‘Campanha Todos pela Energia – Privatizar não é a Solução’, em um ato político na usina hidrelétrica de Paulo Afonso (BA). O local foi escolhido por ser a primeira sede da Chesf.

A campanha, que conta o apoio do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (Senge-RJ), defende a renovação das concessões já existentes no setor elétrico e a suspensão de todos os leilões de privatização.

Atualmente, 93% da energia é produzida pelas estatais. O presidente da FNU, Franklin Moreira Gonçalves acredita ser estratégico para o país que a energia continue com as empresas públicas. “O Brasil não pode ter sua segurança energética ameaçada, como aconteceu em 2001, decorrente de uma política de liberalização do setor, somada ao abandono do planejamento e anos de falta de investimento estatal”, considerou.

A partir de 2015, diversos contratos de concessão de energia elétrica – firmados com Furnas, Chesf, Eletronorte, Cesp, Cemig, Copel, entre outras – começam a vencer. Ou seja, termina o direito de uso por parte das empresas, de praticamente 20% do parque gerador brasileiro, assim como cerca de 80% das linhas de transmissão e 35% do total das empresas distribuidoras de energia.

A atual legislação não prevê a possibilidade de renovação para as empresas geradoras, transmissoras ou distribuidoras de energia, que deverão participar de um leilão. Entretanto, o governo pode alterar o texto e renovar as concessões.



Franklin Moreira, presidente da Federação Nacional dos Urbanitários

As concessões do setor público têm validade de 30 anos, podendo ser renovadas apenas uma vez, por mais 20 anos. Depois do término, os empreendimentos voltam para as mãos da União, que deverá fazer novas licitações.

Franklin Moreira defende a alteração da legislação e ressalta a necessidade de investir em instrumentos de controle social para garantir que haja qualidade nos serviços e na forma de calcular o preço da tarifa.

Leilão não atende às necessidades públicas

O manifesto, divulgado pela campanha Todos pela Energia, indica que licitar esses ativos do setor elétrico “seria o mesmo que promover uma nova privatização, podendo trazer desemprego, má qualidade de serviço e preços elevados”.

O documento informa que “grupos

estrangeiros transnacionais trabalham para entrar no setor elétrico brasileiro. Um negócio altamente rentável e de baixo custo. Dessa forma, apóiam iniciativas no sentido da realização de novas licitações.”

O texto conclui que “a demanda por energia limpa cresce no mundo inteiro e o parque gerador brasileiro, composto essencialmente por usinas hidrelétricas é um ativo extremamente cobiçado. Por que iremos permitir que esses ativos sejam entregues a capital estrangeiro? Para que nosso país atrairia indústrias que geram pouco emprego e muitos problemas ambientais?”, questiona o manifesto.

O presidente da FNU, Franklin Moreira lembra que os maiores beneficiados com os leilões seriam as empresas privadas, principalmente as do setor de alumínio, aço e petroquímica, que consomem muita energia elétrica. Franklin indica que enquanto estas indústrias pagam em média R\$ 50 por mw/h, o

custo para o consumidor residencial é de R\$ 200, pelo mesmo consumo.

Interesse privado nas hidrelétricas

O engenheiro e consultor Fábio Resende afirma que o principal interesse é que as necessidades públicas sejam atendidas. “No momento em que você tem um serviço bem prestado, o ideal é mantê-lo. Agora, se a gente faz grandes modificações a população pode sair prejudicada”, ressalta.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) defende novos leilões e afirma que a tarifa de energia deve ficar mais barata para o consumidor. Entretanto, Fábio Resende questiona estes argumentos: “os valores poderiam aumentar para os consumidores residenciais e diminuir ainda mais para as indústrias e empresas em geral”, subsidiadas graças à maioria da população.

Resende lembra, ainda, que a “Fiesp não questiona a concessão das distribuidoras de energia, que são privadas. Não ataca a questão da transmissão, que boa parte está com as estatais. Isso porque, eles [os empresários] têm interesse em usinas já construídas. Querem pegar uma usina já pronta e ganhar no leilão”. O engenheiro avalia que “se o país quer captar investimento para crescer, não pode vender o que já está pronto. Tem que deixar o investidor correr o risco e construir novos empreendimentos. E não pegar usinas que já estão prontas, amortizadas e funcionando e licitar novamente para conseguir energia barata para o interesse privado”.

• Para mais informações sobre a campanha acesse: <http://www.todospelaenergia.com.br/>

Chevron mentiu sobre a dimensão do vazamento

De acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP) a empresa estadunidense Chevron é responsável pelo vazamento de uma média de 330 barris de óleo por dia, durante mais de uma semana. O desastre atinge o Campo de Frade, na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro.

O diretor-geral da ANP, Haroldo Lima, informou que a agência deve aplicar duas multas para a empresa, uma pela falta de equipamento adequado para estancar o vazamento e a outra por ocultação de informações. De acordo com a ANP, a Chevron mentiu ao ocultar informações e imagens do vazamento e

poderá ser impedida de operar no país.

Segundo dados da ANP, a Chevron responde por menos de 4% da produção nacional de petróleo. A empresa produziu, em setembro, uma média de 74,7 mil barris de óleo por dia, que corresponde a 3,5% da produção nacional, de 2,1 milhões de barris.

Em meses anteriores, a produção da Chevron não chegou a 4% do total nacional. Na área de exploração e produção de petróleo, a empresa norte-americana opera no país apenas o Campo de Frade, com 51,7% de participação no negócio. Entre seus parceiros no Frade, está a estatal brasileira Petrobras.